



O canto V corre como um rio no centro do Poema, algo que passa e morre, mas está envolto num estojo que pretende ignorar a morte. É como um molusco que se envolve numa concha de porcelana ou de mármore, ou como uma pirâmide que pretende eternizar o que é caduco. Camões quis dar ao seu poema épico um carácter *objetivo*, quis dar-lhe o que hoje chamaríamos distanciamento, quis torná-lo diferente e exterior à subjectividade do leitor. O seu projecto seria o de construir uma arca de Noé capaz de vogar intacta sobre o oceano do tempo.

ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA

ISBN 972-662-236-7

gradiva



6
ESTUDOS SOBRE A ARTE D'OS LUSÍADAS

ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA
OBRAS

ESTUDOS
SOBRE A ARTE
D'OS *LUSÍADAS*



gradiva

as Musas, essas deusas eternamente serenas e divertidas, em cuja companhia se sente, como Apolo, enquanto canta:

Nô mais, Musa, nô mais, que a Lira tenho
Destemperada, e a voz enrouquecida,
E não do Canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.

(x, 145)

DEUS E OS DEUSES D'OS LUSÍADAS*

Os Lusíadas estão cheios de ciladas para o leitor ingênuo. Como exemplo, consideremos o famoso verso da estrofe 12 do canto II:

O falso Deus adora o verdadeiro.

É um verso claríssimo que não precisa de explicação: Baco, deus da fábula e, portanto, falso, adora Cristo, verdadeiro Deus. Todos os comentadores o lêem assim, a começar por Faria e Sousa, leitor também ingênuo, apesar de vastamente erudito. E assim também o leu o autor destas linhas, na sua edição d'*Os Lusíadas* (1978), embora já prevenido contra as ciladas de Camões.

Em português, tanto o «falso deus», como «o verdadeiro» podem ser indiferentemente sujeitos da proposição. Passando a frase para a forma passiva, tanto se pode dizer que o falso deus era adorado pelo verdadeiro, como que o verdadeiro era adorado pelo falso. Mas quem é o «falso deus» e quem é «o verdadeiro»? É aqui que reside a questão. Tanto podemos supor que o verdadeiro deus é Cristo e Baco falso (figura do De-

* Extraído de *Quaderni Portoghesi*, 7.8., 1980.

mónio, segundo Faria e Sousa), como que o *falso* é Cristo e o *verdadeiro* é Baco.

Mas esta segunda interpretação é inviável porque vai contra a crença de Camões, que era cristão e católico, sem sombra de dúvida. E, se dúvida houvesse, nunca Camões podia considerar como *verdadeiro* um deus da fábula. Por isso a primeira interpretação é óbvia.

Mas esta primeira interpretação tem por base um pressuposto estético: é que Camões, em todo o espaço d'*Os Lusíadas*, tal como na lírica, exprimiu directamente a sua subjectividade, sendo por isso os deuses da fábula meros ornamentos, ou «causas segundas» alegorizadas, ou ainda, como queria Faria e Sousa (que nisto seguia o primeiro censor d'*Os Lusíadas*), figuras do Demónio.

Mas examinemos o contexto do verso sem preconceito.

Baco quer armar uma cilada aos Portugueses atraindo-os a um porto que eles julguem habitado por cristãos; para isso finge e fabrica um altar com a imagem do Pentecostes e ajoelha-se diante dela, com aparência humana, queimando incenso, ao lado de dois portugueses enviados a averiguar a verdade:

[...] e assi por derradeiro
O falso deus adora o verdadeiro.

Isto é, Baco adorava a imagem que ele próprio fabricara e fingira, adorava um deus fingido, falso, feito pelas mãos dele, Baco, que era o verdadeiro autor deste artifício. O «falso deus» (a imagem fingida de Deus) era adorado pelo próprio que o fizera, pelo seu autor «real». A interpretação correcta é portanto a contrária àquela que tem sido dada ao verso: o *verdadeiro* deus, Baco, adora o deus *fingido* na pintura do Pentecostes, e fingido com a intenção de enganar os Portugueses, isto é, *falso*. Baco é um deus que fabrica, Cristo é um deus fabricado, uma imagem.

Esta interpretação tem a seu favor o contexto anterior e posterior do verso. Logo na estrofe seguinte se diz que os dois portugueses não se aperceberam da cilada:

[...] não vendo que enganados
os tinha o falso e santo fingimento.

Repete-se o adjectivo «falso», seguido de «santo», ambos aplicados a «fingimento», como se Camões quisesse esclarecer o sentido em que empregara o «falso» na estrofe anterior, e acrescenta-se «santo» para ressaltar a reverência que se deve às imagens sagradas, mesmo quando feitas com a intenção de enganar.

De resto, na própria estrofe 12 há um verso que parece preparar-nos para o «falso deus». Diz-se que os companheiros portugueses se ajoelharam e puseram os sentidos

Naquele Deus que o mundo governava.

Não é o Deus que governa, mas o Deus que, no fingimento de Baco, «governava». O pretérito imperfeito é o verbo usado no discurso indirecto, isto é, no discurso atribuído a outros. Não indica o que realmente acontece, mas sim o que acontece segundo o ponto de vista de outrem. O deus fingido não é o Deus que governa, mas o que Baco, fingidamente, pretendia que governava. (É verdade que por vezes Camões emprega em fim de verso o imperfeito como equivalente do presente, para facilidade de rima, à semelhança do que se pratica no romanceiro, o que poderia prestar-se, aliás, neste caso, a uma nova e voluntária ambiguidade.)

A nossa interpretação tem também um pressuposto: é que os verdadeiros deuses objectivos, n'*Os Lusíadas*, são os deuses da fábula e que Deus (cristão) é um deus subjectivo, ilusório dentro da máquina do Poema, um deus relativo ao Autor, nos seus apartes, e aos actantes cristãos, mas não deus para dentro do Poema e da sua acção. Camões, autor-personagem, é cristão. Vasco da Gama e os Portugueses são cristãos, mas o Poema é construído como se os deuses fossem objectivos, independentes da subjectividade do Poeta e dos heróis.

É um pressuposto meramente estético, mas que serve de chave para a coerência do Poema. Por ele se explica aquele famoso

passo que escandalizou Voltaire: Vasco da Gama, tendo-se apercebido da cilada de Baco, quando já estava a salvo, implora ajuda da «guarda divina» para prosseguir a viagem. É à «guarda divina» que ele se dirige como verdadeiro cristão, mas quem concretamente o ouve e responde com a acção à sua súplica é Vénus, para ele invisível. Voltaire achou esta cena incongruente e de mau gosto. Mas ela é, na verdade, rigorosamente coerente com o ponto de vista estético adoptado n'Os Lusíadas. Desse ponto de vista, a «guarda divina» cristã não existia objectivamente: era uma crença, uma ilusão subjectiva de Vasco da Gama, nascido e educado como cristão. A «realidade» correspondente a essa ilusão é Vénus, deusa concreta, objectiva, actuante. Camões foi extremamente coerente, pois neste lance, em que Vasco da Gama invoca o seu Deus (que era também o Deus de Camões), não se esqueceu de que os deuses do Poema, tal como o planeira e concebera, isto é, os deuses da fábula, sem mistura, eram as únicas divindades efectivas do texto.

Cabe aqui notar que, simetricamente a Cristo, Mafamede ou o seu Deus tão-pouco é um agente do Poema. Quando os Mouros tentam intrigar os Portugueses com o samorim, quem efectivamente intervém é Baco sob a aparência do profeta (VIII, 48-50). Baco é aqui um Mafamede fingido, como, no canto II, Cristo fora um falso deus. Mas tanto os Mouros como os cristãos são movidos nos seus comportamentos pelas respectivas crenças subjectivas. O mouro que fala a Vasco da Gama em I, 53 diz:

nós temos a lei certa que insinou
o claro descendente de Abraão.

Vasco da Gama responde-lhe, na mesma onda:

A lei tenho daquele a cujo império
Obedece o visível e invisível

(I, 65)

Cada um tem a sua lei ou a sua convicção, mas os deuses reais, invisíveis, são outros, independentes da subjectividade. Esta a que chamamos a lei estética da objectividade comanda toda a acção do Poema até ao seu desenlace, na Ilha de Vénus. Só nos cantos III, IV, V e VII há referências relativamente frequentes a Deus, porque nesses cantos quem fala é Vasco da Gama, contando a história de Portugal e a sua própria viagem, ou Paulo da Gama, contando as pinturas das bandeiras, ou o Monçaide (muçulmano, futuro cristão) explicando à sua maneira o mistério da Trindade, não contando as largas intervenções em que o Poeta fala, apresentando-se pessoalmente. Nem Vasco, nem Paulo da Gama se referem aos deuses, salvo ao gigante Adanastor, que é um espectro e alucinação dos viajantes. Os cantos I, II e VI são os cantos da acção, narrativos, objectivos a partir do I, 19, acabada a introdução. No canto I encontramos duas estrofes em que o Gama descreve a sua fé ao mouro e define o seu Deus.

No canto II, o Gama invoca, como já vimos, a «Divina Guarda» e interpreta em termos cristãos um sonho que lhe foi inspirado por Mercúrio (II, 65). No canto VI, a acção — que fora interrompida pelo largo discurso do Gama ao rei de Melinde — recomeça, e novamente Deus volta a estar ausente; só quase no final do canto (estrofes 93 e 94) o Gama agradece a Deus a cessação da tempestade, devida à actividade de Vénus: mais uma vez Vénus é a causa objectiva, Deus a interpretação subjectiva, por Vasco da Gama, dessa causa.

O canto VII começa por uma larga exortação do Poeta, em seu próprio nome, apelando à cruzada e à união dos povos e príncipes cristãos; a descrição da Índia é feita por meio de um actante histórico (o Monçaide) e nela os deuses não têm cabimento, tanto mais que é um mouro; há vários diálogos entre Cristãos e Mouros, que, naturalmente, não podem referir-se aos deuses da fábula; este canto acaba com outra longa digressão do Autor-personagem.

A intervenção dos deuses da fábula na acção histórica finda no canto VIII, com a pálida aparição de Baco disfarçado de Mafamede.

É no canto IX que os deuses, ou antes as deusas, descem à Terra e, tocando-a, se desfazem. Camões declara-o no termo da descrição da festa nupcial:

Que as ninfas do Oceano, tão formosas,
Tétis e a ilha angélica pintada,
Outra cousa não é que as deleitosas
Honras que a vida fazem sublimada.

As ninfas são alegoria das honras:

Aquelas preminências gloriosas,
Os triunfos, a fronte coroadada
De palma e louro, a glória e maravilha:
Estes são os deleites desta ilha.

(IX, 89)

A partir do canto IX, os deuses deixam de agir. («La commedia è finita.») A sua última acção, como entidades objectivas, foi a intervenção de Baco, disfarçado de Mafamede, em sonhos. É também a partir do canto IX, com o regresso dos nautas, na estrofe 16, que acaba a acção histórica. Daqui para a frente o Poema transforma-se numa alegoria declarada. Os deuses estão mortos e embalsamados, e as suas múmias servem de ornamento. Agora, sim, pode-se dizer que eles são figuras de retórica. Servem como emissores do discurso sobre as coisas futuras, para os Portugueses, da viagem à Índia. A lei estética da objectividade não funciona mais para eles (nem tão-pouco para os actantes históricos), porque não há mais acção. Então é o momento para Tétis declarar em nome de todos eles, como um actor que vem despedir-se à boca da cena:

Só pera fazer versos deleitosos
Servimos...

(X, 82)

Estes versos não são incongruentes se os considerarmos no contexto do canto X, embora neguem a lei estética da objectividade que comanda os cantos anteriores ao IX.

E, não havendo mais deuses, já se pode falar de Deus como realidade, e não já como crença subjectiva dos personagens cristãos do Poema. A palavra *Deus*, no sentido cristão, é referida doze vezes no canto X por Tétis, filha do Céu e da Terra, e não já ninfa do Oceano, a qual, além disso, conta longamente a estória de S. Tomé. É como se o véu se rompesse e desaparecesse a ilusão, ficando o espaço limpo envolvido por Deus

[...]

mas o que é Deus ninguém o entende,
que a tanto o engenho humano não se estende.

(X, 80)

Deus é aqui definido como o Sujeito incognoscível, e, com efeito, só é possível, por definição, conhecer o Objecto. Deus é o que conhece, e portanto está para além de todo o conhecimento. Seria negá-lo referi-lo como objecto do que quer que fosse, mesmo como *deus ex machina* de um poema. E talvez isto tenha que ver profundamente com a lei estética da objectividade que preside à construção d'*Os Lusíadas*. Camões podia oferecer-nos em espectáculo os deuses, em que não acreditava, mas não Deus, perante quem ele próprio se sentia objecto criado e conhecido.

Para concluir queremos lembrar o que dizemos noutros lugares: que *Os Lusíadas*, contrariamente à maior parte da lírica, não são a expressão romântica da subjectividade do autor, mas uma obra voluntariamente objectiva, separada dele e em que ele procurou exprimir algo de exterior a si mesmo (sem todavia atraiçoar a sua crença mais íntima). Não há talvez obra mais *objectiva* na nossa literatura. Por isso é necessário ter muita cautela para usar o texto d'*Os Lusíadas* como expressão daquilo que Camões sentia ou pensava, como o fazemos para a lírica. O que Camões pôs no Poema é aquilo que devia ser posto num poema daquele género: isto é, épico, patriótico e cruzadístico.

E os deuses são uma esfera isoladora, que permite narrar o processo cósmico e histórico sem pressupor e sem empenhar Deus, que pertencia à problemática mais funda e íntima de Camões. Não quis que figurasse no fingimento a sua crença ou o seu problema, que não eram fingidos, nem mesmo nos apartes em que se suspende a acção, para o Autor, em pessoa dramática, desabafar as suas queixas contra o desconcerto do mundo.

A «FÁBRICA» D'OS LUSÍADAS*

Tomando-o pela mão o leva e guia
Pera o cume dum monte alto e divino
No qual ùa rica fábrica se erguia
De cristal toda e de ouro puro e fino.

Os Lusíadas, IX, 87

1. Releiam-se as estrofes 8, 9 e 10 do canto I d'*Os Lusíadas*.
Pertencem à longa dedicatória ao rei:

Vós, poderoso Rei, cujo alto império
O Sol, logo em nascendo, vê primeiro,
Vê-o também no meio do hemisfério,
E quando deca o deixa derradeiro;
Vós, que esperamos jugo e vitupério
Do torpe Ismaelita cavaleiro,
Do Turco oriental e do Gentio
Que inda bebe o licor do santo rio:

Inclinai por um pouco a majestade
Que nesse tenro gesto vos contemplo

* In *Arquivos do Centro Cultural Português*, XVI, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.